

A HETEROGENEIDADE

... dissertação tem como tem...
... perspectiva discursiva. Ser...
... homogêneo e fechado com...
... trário, para a manifesta...
... rso. Em um primeiro mo...
... quais alguns autores...
... s referenciais à investiga...
... to, a saber, textos de do...
... Vianna, ambos compr...
... de Vargas, tornando...
... ia a forma de tratamento...
... propriamente dita do mat...
... ns procedimentos arrola...
... m sem-número de signif...
... ão da ocorrência ou não...
... o indireto livre, e de alg...
... o mesmo papel; final...
... quilo que se convenci...
... l classificação esgota as...
... uagem e argumentação...
... ar os resultados obtidos...
... relato do fato histórico...
... o impessoal, e pela isenç...
... nálise do discurso; Subje

... present work intends to...
... s a discourse without su

... e da Dissertação de Mestrado,
... da Universidade Estadual de
... da Prof. Dr. Sírio Possenti.

NOTAS SOBRE A HETEROGENEIDADE DO DISCURSO DA HISTÓRIA *

Silma Ramos Coimbra MENDES

RESUMO *Esta dissertação tem como tema o discurso da história, investigado a partir de uma perspectiva discursiva. Seu objetivo é o de questionar o caráter pretensamente homogêneo e fechado com que é visto o fato e o fazer históricos, apontando, ao contrário, para a manifestação de uma heterogeneidade constitutiva desse tipo de discurso. Em um primeiro momento, são apresentados os fundamentos teóricos com os quais alguns autores trabalham essa questão, de modo a estabelecer prévios referenciais à investigação posteriormente efetuada. A segunda parte define o objeto, a saber, textos de dois teóricos da Revolução de 30, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, ambos comprometidos com a consolidação do regime imposto pelo Golpe de Vargas, tornando claros os motivos que levaram à sua escolha e prenuncia a forma de tratamento que será dado a ele. A terceira parte se dedica à análise propriamente dita do material selecionado. Para tanto, conta com o auxílio de alguns procedimentos arrolados da seguinte forma: levantamento e classificação de um sem-número de significações que permeiam todo o corpus do trabalho, verificação da ocorrência ou não de enunciados sob a forma de discurso indireto e discurso indireto livre, e de alguns enunciados negativos que cumprem funcionalmente o mesmo papel; finalmente, analisa alguns enunciados característicos daquilo que se convencionou chamar de enunciados didáticos, investigando se tal classificação esgota as possibilidades de reflexão a respeito da relação entre linguagem e argumentação. Na última e quarta parte do trabalho, procura generalizar os resultados obtidos pela análise, de modo a alargar a ótica segundo a qual o relato do fato histórico é assumido como sendo algo marcado absolutamente pelo impessoal, e pela isenção de inclinações pessoais apriorísticas.*

Palavras-chave *Análise do discurso; Subjetividade; História*

ABSTRACT *The present work intends to question the way the discourse of history is characterized, as a discourse without subjectivity, where the fact seems to auto-*

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 12 de dezembro de 2003, sob a orientação da Prof. Dr. Sírio Possenti.

relate. Its analysys object are texts produced in 1938 and 1947, respectively, by two Revolution of 30 historians, Azevedo Amaral and Oliveira Vianna, whose purpose is to consolidate the Vargas Govern. In order to achieve this purpose, they build an argumentation marked by a presumed exemption and maximum objectivity. This dissertation points that there are, in this type of discours, on the contrary, features of heterogeneity, as formulated, in the discours analysys, by Jaqueline Authier-Revuz, in the Analytical Categories of the Enunciative Heterogeneity.

Key Words discours analysys, heterogeneity, history

Minha dissertação é praticamente a reedição de sua versão original, produzida há mais de uma década, sob a orientação do Prof. Dr. Haquira Osakabe, desta Universidade, sobre o tema **O discurso da História**, exceto por uma nova introdução e por acréscimos que acompanham o texto, em notas de rodapé, remetendo ao que poderia ser revisto à luz das novas abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema, fundamentalmente no que se refere às marcas da heterogeneidade presentes neste tipo de discurso, se assumido por um cientista da linguagem.

É importante ressaltar que, originalmente, meu trabalho teve, como elemento motivador, a discussão elaborada por Osakabe em *Argumentação e Discurso Político*, obra considerada clássica e pioneira na Análise do Discurso, pela relevância que deu a questões relacionadas ao discurso político, à subjetividade e à argumentação inscritas nele, retomando e recuperando a vastíssima contribuição da Retórica a esse e outros temas relativos à relação Linguagem e Poder.

Tive, como objeto de pesquisa, textos de dois teóricos da Revolução de 30, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, ambos comprometidos com a consolidação do regime imposto pelo Golpe de Vargas, e, para efetuar sua análise, contei com o auxílio de alguns procedimentos, como o levantamento e classificação de significações que permeiam todo o corpus do trabalho, a verificação da ocorrência ou não de enunciados sob a forma de discurso indireto e discurso indireto livre, e de alguns enunciados negativos e ou modalizados que cumprem funcionalmente o mesmo papel.

Com relação aos espaços não preenchidos pela primeira investigação dos dados, em sua reedição, em notas de rodapé, fiz remissão aos trabalhos de Bakthin e Ducrot sobre polifonia, Maingueneau, sobre simulacro, e J. Authier-Revuz, sobre heterogeneidade constitutiva/mostrada e interdiscurso, com os quais a análise se enriqueceria, principalmente, no que se refere ao fato de os resultados obtidos terem reforçado a tese de que a linguagem de que os teóricos se utilizam é toda ela atravessada por discursos “outros”, instaurando-se, entre eles, o que Maingueneau denomina de interincompreensão regrada, ou seja, enunciados de um discurso interpretados segundo os princípios do outro, e traduzidos - em forma de um simulacro.

Com certeza, a análise poderia ter se valido muito da discussão efetuada por Possenti (2002) a respeito da noção de sujeito, concebido como alguém nem totalmente assujeitado, nem totalmente livre, e que, embora sendo 'efeito das estruturas' que o condicionam é, mesmo assim, um usuário dos produtos (e dos discursos), não apenas seu consumidor”(p.79). A análise do conjunto de enunciados característicos do que se convencionou chamar de enunciados didáticos/políticos e de seu sub-conjunto de modalizados/negativos apontou para o fato de que eles são amostras de uma teoria que concebe a linguagem como um trabalho e atividade, caracterizada por diferentes estilos, visto que há nesses enunciados indícios de um certo grau de agenciamento e participação dos sujeitos manifestado pela escolha, aqui considerada como manobra, que fazem dos modalizadores, por exemplo, para atenuar ou enfatizar teses adversárias ou correligionárias.

Dessa forma, observa-se, na análise dos dados, permanentemente, uma passagem de grau relativa à posição do sujeito no processo de historiar, ora situando-se este sujeito submetido às estruturas, as quais determinam o que deve ser enunciado e ou silenciado, ora recusando este papel de assujeitado, pela escolha consciente que faz de estratégias discursivas, em um espaço de atividade próprio, em alguns momentos muito próximas das utilizadas nos textos literários, para dar conta de sua tarefa.

Desse modo, a questão da subjetividade, seja pela veemência com que algumas teorias a negam, como a da chamada Análise do Discurso Francesa, cujo sujeito aparece totalmente dominado e determinado pelo Outro (Pêcheux,1983), seja pela recuperação que dela fazem outros autores, em momentos posteriores, em trabalhos que versam sobre a heterogeneidade, o papel do Outro no funcionamento da linguagem e dos discursos, abre uma discussão bastante interessante a respeito das relações entre história, retórica, acontecimento, estrutura, memória e estranhamento.

Em pequenas intervenções no texto, esses assinalamentos estão presentes na versão final deste trabalho. Respalhando os aspectos mais gerais da análise dos dados, indicaram aí haver uma necessidade de atualização/ultrapassagem teórica daqueles que foram seus pressupostos originais. Portanto, subsidiada pela leitura de novos autores, pude estabelecer referenciais outros à análise do tema em questão e confirmar sua atualidade e interesse para a reflexão que se trava, nos dias de hoje, sobre a relação entre subjetividade, discurso e história, além de apontar para possíveis ampliações e generalizações ao esquema primeiro da análise, a partir da articulação entre as novas idéias expostas.

Como referenciais para a primeira versão deste trabalho, havia tomado, como ponto de partida, a leitura de Barthes (1970), Robin (1973), Veyne (1976) e Perelman (1970), a fim de poder caracterizar diferentes enfoques teóricos dados ao tema e assim orientar a crítica à historiografia oficial relativa ao período de 30, na história do Brasil, por meio do exame de textos de dois teóricos da Revolução, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna e estabelecendo, como pano de fundo, a discussão efetuada por Edgar De Decca em 1930: *O Silêncio dos Vencidos* (1981).

Nesta nova versão, elegi Foucault (1978), Mattoso (1988), Burke (1992), Ginzburg (2001) e Pécora (2001). O processo tenso, mas instigante, que essas novas leituras estabeleceram ou re-estabeleceram com o tema foram registrados, nesta segunda vez, de modo a se buscar possíveis novas chaves de interpretação ao fenômeno.

Apresento, como primeira consideração, o fato de que os séculos XIX e XX “inventaram” a história e a figura do historiador a partir de um movimento que encontra no passado o momento fundante da história de unidade e identidade dos povos. A este ideal ascético responderia o historiador, com a promessa de plena objetividade e neutralidade no exercício de reconstrução da “verdade” histórica, própria do discurso científico da modernidade. Nesse sentido, o historiador não “falaria” em seu texto, apenas narraria o acontecido, sem nenhuma intervenção de subjetividade e pessoalidade no narrado. O fato deveria falar por si só, em condição máxima de objetividade, credibilidade e coerência, além de vir disposto em um desenvolvimento linear, preferivelmente inscrito na ordem do passado.

Caudatário desta concepção na lingüística, o projeto benvenistiano, representante de uma visão idealista da linguagem, definia a enunciação como o modo de apropriação da língua por alguém para enunciar algo, e desse modo, incorporava um sujeito – anunciando-o como o eu que o locutor assume na instância do discurso. No entanto, se, de um lado, Benveniste teve o mérito de considerar a subjetividade no processo discursivo, por outro, a reduziu, ao assumir o eu e o tu como os únicos protagonistas da enunciação, excluindo a não-pessoa (o ele) da relação intersubjetiva.

Esse equívoco na teoria de Benveniste acabou por dispor em dois planos distintos a enunciação discursiva e a enunciação histórica, sendo a primeira marcada pelas manifestações verbais onde se realizariam as relações de pessoa e a segunda por um outro tipo de manifestação verbal que pretensamente esconderia seu locutor, sob um manto de imparcialidade e neutralidade, e o projetaria a uma instância exterior ao discurso.

A essa forma de tratamento dado ao sujeito e ao sentido no discurso vai se contrapor uma outra, que incorpora uma noção de sujeito mais descentrada, menos ego-cêntrica, a reger o mecanismo da enunciação. Alguns trabalhos vão refletir essa mudança - à forma de historiar tradicional vai se contrapor a concepção pós-moderna, que identifica no acontecimento a marca da heterogeneidade, a regra da dispersão, própria dos conflitos existentes em qualquer realidade. Esse modo de fazer história, distinto da história moderna e a que chamamos genealogia, segundo Foucault, identifica o acontecimento e a dispersão de forças que se encontram presentes no momento da emergência do acontecimento.

Nessa nova ordem de discurso crítico à História moderna, interessam os saberes que trabalham com conceitos como os de descontinuidade, ruptura, subjetividade. Representante dessa vertente que proponha um novo olhar sobre as ciências humanas na década de 1970, o pensamento de Michael Foucault, nesse

campo mais específico do “fazer história”, é fecundo e provocador. Alguns autores têm-se dedicado à análise da influência de seu trabalho sobre a historiografia como um todo. Dentre eles, destaco o artigo de Paul Veyne, *Foucault revoluciona a história*, parte IV de seu livro *Como se escreve a história*(1982), no qual o autor discute a utilidade prática do método de Foucault e a significação que o termo *discurso* assumiu em sua obra.

Veyne considera que a tese central de Foucault que diz que **o que é feito, o objeto**, se explica **pelo que foi o fazer** em cada momento da história, inverte aquilo que pensamos ser a prática, ou seja, **o fazer** explicado a partir **do que é feito**. Essa inversão terá conseqüências imediatas na metodologia utilizada pelos historiadores. Foucault diz a eles que devem continuar explicando a história como sempre o fizeram. Entretanto, devem ter o cuidado de verificar se existem mais coisas que deveriam ser explicadas do que pensavam inicialmente, verificando os contornos que não eram percebidos e que deveriam ser analisados, ou seja, buscando as práticas, advindas das mudanças históricas, que objetivaram os objetos naturais. O autor, enfatiza Veyne, vai em busca do exame dessas práticas e não dos objetos que a reificam a nossos olhos.

O sujeito, segundo essa concepção, passa a ser visto como uma função vazia, um espaço, preenchido por indivíduos diferentes, ao formularem seus enunciados e o discurso passa a não ser atravessado por nenhuma unidade do sujeito, mas por sua dispersão. Como conseqüência, os discursos, de um modo geral, por não estarem ligados por nenhum princípio de unidade, somente apresentariam alguma regularidade, se observada sua formação discursiva, por meio da descrição dos enunciados que a compõem. O discurso seria assim concebido como a família de enunciados pertencentes a essa mesma formação discursiva e o seu sujeito, disperso, poderia vir a ocupar várias posições nele, a partir dos vários planos descontínuos nos quais se inscreveria, marcados pela especificidade da prática discursiva que os regem.

Nesse sentido, a forma como Foucault considera o sujeito caminha em direção oposta àquela defendida por Benveniste, em sua concepção idealista do sujeito. Em vez de considerá-lo a origem do pensamento e do objeto pensado e de ver a História como um processo sem ruptura, Foucault instaura uma visão de história como descontinuidade, na qual não há lugar para um projeto divino ou humano, e, portanto, qualquer referência a uma teleologia ou subjetividade fundadora.

Veyne reconhece, em seu texto, que ele e Foucault diferem no que se refere ao modo como tratam da questão do sujeito no discurso da história. Para Veyne, o historiador carrega de subjetividade a forma como tria os fatos, organiza-os e submete-os a um quadro de análise que está sempre a apontar para a natureza lacunar e não-lógica de seu material, portanto não científica. Foucault, em contrapartida, rejeita qualquer concepção unificante do sujeito, cuja função manifestaria mais uma dispersão. A despeito disso, ambos convergem para uma visão de história bastante próxima. Para Foucault, tudo é histórico, o que o faz

reivindicar, como ponto nodal de sua teoria, a eliminação dos últimos objetos não-historicizados. Veyne, por sua vez, declara, em seu texto, que tudo é digno da história, o que levaria o historiador a não se interessar inicialmente pela singularidade dos acontecimentos individuais, mas por sua especificidade. Em ambas as abordagens, o substrato presente é o de assumir-se a especificidade dos fatos históricos no interior de sua organização natural, engendrada por uma prática, em Foucault, na relação que os fatos têm uns com os outros, em Veyne.

Essas duas formas de pensar a história e seu discurso fazem um interessante contraponto teórico com as idéias de José Mattoso(1997) defendidas em “*A Escrita da História*”, capítulo I de seu livro *A Escrita da História - Teoria e Métodos*, no qual o autor se interroga acerca do trabalho de escrita da História e do arsenal teórico que tal empreitada costuma exigir do historiador. O autor, por não se reconhecer em nenhuma corrente determinada de pensamento, prefere inscrever-se em um movimento de síntese do que ele chama de sistemas interpretativos antagônicos, o que lhe permite aproximar e conciliar formulações aparentemente contraditórias, a superação dos contrários, a “descoberta do mesmo debaixo das aparências do outro.”

Mattoso, embora reconheça as heterogeneidades do real ou do comportamento humano, não envereda pela concepção pós-moderna da total dispersão de sentido, da insuperável heterogeneidade da linguagem. Também não acredita na possibilidade de construção da meta-linguagem, meta-narrativa, nem propriamente procura o sentido da História.

Prefere ir em busca daquilo que lhe parece ser a resultante dessa sinfonia que é a História : sua harmonia, “feita de incomensurável mistura de elementos de toda a espécie, tão dispersos e contraditórios como a própria vida, mas de cuja rede infinitamente complexa é fascinante procurar os eixos, os encontros e desencontros, os paralelismos e as divergências”. É necessário realçar que, de seu projeto intelectual, não se exclui o problema da dependência do discurso aos sistemas do poder, nem o da subjetividade de quem historia. Tampouco desconsidera, das questões da comunicação, aquelas responsáveis por sua eficácia e validade pragmática. Entretanto, o autor se reconhece inscrito em uma ordem de experiência outra: o estudo da alteridade – da ordem oculta e viva subjacente ao caos aparente do mundo.

Desse modo, percebe-se que os autores analisados falam de “diferentes lugares” a respeito do que consideram ser a história e seu objeto. Em função do enfoque que privilegiam, vêem-se desenhados projetos de análise distintos. Ainda: consideram a questão da subjetividade também sob perspectivas muito próprias, em função do horizonte teórico-filosófico no qual se inscrevem.

Penso em articular essas considerações com as de outro autor, Peter Burke, cuja concepção de história acha-se exposta em *A Nova História: seu passado e seu futuro*, capítulo de abertura do livro *A escrita da História- Novas Perspectivas* (1992). As idéias de Burke são uma resposta à concepção tradicional de história, um

conjunto de novos postulados - a nova história, de cujos princípios destaca-se aquele que considera toda a atividade humana como virtualmente interessante, sem a pré-determinação do que é central e do que é periférico na história. E, portanto, um modo de historiar passado pelo olhar subjetivo do historiador.

Embora desenvolvendo um trabalho em torno da defesa de alguns desses postulados, o trabalho de Burke basicamente se dirige em direção a uma síntese, à possibilidade de fugir da oposição tradicional entre os acontecimentos e as estruturas assumida na prática historiográfica. Essa síntese que o autor considera fundamental ao estudo dos processos relativos à ação humana consiste em considerar a possibilidade de integrar a narrativa (acontecimento) à análise (estrutura), relacionando os acontecimentos locais às mudanças estruturais da sociedade.

As idéias de perspectiva, ponto de vista, conflito e multiplicidade presentes no projeto historiográfico que se desenvolve nos dias de hoje estão também presentes no trabalho de Ginzburg em *Olhos de Madeira – Nove reflexões sobre a distância*, especificamente no capítulo 1. *Estranhamento – Pré- História de um procedimento literário* (2001) e constituem-se em seu universo permanente de discussão. Ginzburg quer discutir particularmente a relação entre história, memória e esquecimento, tomando como paradigma de discussão as referências às outras culturas, aos outros tempos, aos outros povos, produzindo um movimento de contraste – e daí surgindo a construção de uma relação de diferença, estranhamento e distância necessários para que possamos nos enxergar através dos olhos dos outros a partir de suas diferentes perspectivas.

Ginzburg propõe, portanto, uma “história tecida de diferenças”. Em um momento em que essas diferenças parecem se desvanecer, seu trabalho assume uma importância fundamental na constituição de um fazer da história que resgate uma concepção de memória diferente daquela tomada pela pós-modernidade relativista, iniciando uma nova linha de argumentação que relacione verdade e perspectiva de uma maneira menos simplista, menos convergente.

A discussão sobre a subjetividade do historiador, presente na controvérsia que se sucedeu então entre os intelectuais, a respeito da neutralidade versus envolvimento daquele que narra no que narra, segundo o autor, deveria ultrapassar os limites alcançados e se estender ao estudo da relação entre história e outros fatores, como por exemplo, o estudo do componente das metáforas utilizadas no discurso histórico e que precisam ser bem interpretadas, ou mesmo dos ritos nos quais se fundavam certas tradições das instituições e dos costumes e até mesmo da prova. Ginzburg, na introdução de seu livro *Relações de Força. História, Retórica, Prova* (2000), observa que a idéia de que os historiadores pudessem provar algo, a muitos considerada antiquada e até ridícula, por certo ampliaria a sua prática, por não considerar incongruente a idéia de que retórica e prova possam estar em uma relação de pertinência e não de exclusão. O autor cita o fato de que, no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica, o que o leva a propor uma

releitura da Retórica de Aristóteles, como um dos modos de se considerar com mais realidade e complexidade a prática do historiador nos dias atuais.

Finalmente, tomo o texto de Pécora, *À Guisa de Manifesto*, em *A Máquina dos Gêneros* (2001) como um paradigma a partir do qual lanço um olhar sobre o panorama que procurei tecer ao longo desse percurso de leituras. Pécora, nesta introdução, basicamente propõe uma análise de diferentes textos literários dos séculos XVII e XVIII, partindo não daquilo que a crítica esforçou-se, segundo o autor, para impedir que acontecesse – uma leitura dos textos esvaziada de subjetividade e de ideologia, como propunha um certo positivismo na linguagem. Empenhou-se em, ao contrário, contrapor, a essa visão, a dos “condicionalismos subjetivistas e materiais”, ainda na terminologia do autor. Dentre esses condicionalismos, aqueles “estabelecidos pelas tradições letradas, constituídas por práticas históricas variadas”. O trabalho de Pécora tem esse objetivo: “descrever os sentidos básicos de alguns escritos importantes, (...) a partir do exame de procedimentos previstos e aplicados pelas convenções letradas em vigência no período em questão.” (p.12) Para tanto, o autor repassa os procedimentos próprios do gênero retórico, para, por meio deles, efetuar um objeto particular, sem ter a pretensão, entretanto, de anular o caráter dinâmico desses gêneros, demonstrado na forma como misturam-se uns aos outros, criando muitas vezes, o que ele chama de “formas mistas”. O que se busca, de fato, são “os meios discursivos disponíveis na tradição de composição dos textos examinados, cuja eficácia de persuasão necessariamente varia segundo o ajuste da aplicação de tais meios às diferentes circunstâncias de pessoa, tempo, modo e lugar relevantes em cada caso”. (idem)

Como se articulam essas primeiras considerações com o trabalho que historiador realiza ? Em que medida poder-se-ia , na leitura dos acontecimentos que se produziram no Brasil em 30, incorporar esse viés ? Em primeiro lugar, dever-se-ia considerar que as reflexões iniciais sobre o tema selecionado, desde o momento de sua constituição, foram indicando haver um elemento residual que escapava à relação história e linguagem. Esse elemento foi localizado na organização argumentativa presente neste tipo de discurso. Quando de sua primeira formulação, havia a hipótese de que o discurso da história se constituía, entre outros, por procedimentos de natureza retórica, responsáveis pela seleção das significações mais convenientes ao propósito dos teóricos de convencer e persuadir os interlocutores, em auditório particular, visto o caráter relativamente circunscrito de seus leitores – a camada pensante e intelectualizada da população.

O trabalho de Pécora, nesse sentido, reforça esta concepção inicial, a de que uma análise do discurso da história deveria se assentar sobre uma teoria da argumentação, porque está fundada no pressuposto de que nem sempre é o relato do verídico, mas o do verossímil que o historiador realiza. Em contrapartida, alarga a concepção inicial, na medida em que abre uma discussão acerca da crítica literária, e, como possível projeção, da historiografia, como capaz de produzir verossimilhança dos objetos sobre os quais trabalha, muito mais do que originais

deles, indo até o ponto-limite de propor a sua própria dissolvência, com a finalidade de produzir outros objetos – estes agora interpretáveis à luz das preceptivas retóricas – e não mais em referência a uma subjetividade particular ou ao lugar de classe social a que pertence o autor.

Segundo essa perspectiva, da mesma forma que os textos literários, os textos históricos fariam parte de um gênero de discurso – uma espécie de construto, formas criadas e reguladas por um conjunto de práticas ou leis que se definiriam por sua habilidade persuasiva em empregar a tradição, historicamente determinada, os “recursos de gênero historicamente disponíveis”, segundo a terminologia do autor, para produzir aquilo que chamaremos de realidade ou ilusão compartilhada por todos de seus efeitos persuasivos.

Pécora sustenta ainda que a escolha ou decisão por uma segunda via de análise pode ser considerada na investigação que se empreende sobre seu objeto. A utilização de chaves de interpretação outras que não as fornecidas pelo “comando retórico” poderia dispensar o emprego dos recursos persuasivos das formas definidas pela sua entrada nos determinados gêneros, sem entretanto, negá-las terminantemente. Nesse sentido, os textos dos dois teóricos estariam muito próximos daqueles produzidos com outras finalidades ou em outros ambientes – a diferença entre eles se fundaria em uma diferença de gênero retórico – as formas de linguagem, as tradições nas quais eles estão inseridos, os espaços institucionais de onde provém e para onde se destinam – mas não seriam diferentes no que Pécora chama de estatuto “de criação”, ou seja, no seu “estatuto de construto, de artifício regulado por um conjunto de leis ou práticas”. (p.14)

Poder-se-ia, a partir desses estudos, postular que a historiografia, ao analisar os textos históricos produzidos em um dado momento, leve em conta que eles se incorporam a uma prática retórica que lhes dita um modelo de comportamento e tem sua produção subsidiada por este modelo. Desta forma, assim como a literatura, o discurso da história poderia ser considerado, antes de mais nada, um gênero no qual não há um sujeito individualizado, nem um sujeito determinado pelo que vem de fora, mas um sujeito retórico que “falaria” por gêneros, conjunto de práticas que seguem preceitos estritos.

A natureza persuasiva desses textos estaria assim na sua habilidade em conseguir o melhor modelo de imitação das tradições dos diversos gêneros dos quais esses textos fariam parte, da rede de costumes e hábitos nos quais se realizam e pelo ajuste que fariam do vocabulário, teorias, tradições e prescrições fornecidos pelas teorias da época em que foram produzidos.

Parece-me que, atualizada por essa vertente, a relação que procurei reestabelecer entre linguagem, história e argumentação projeta um espaço em que reocupam a cena novos indícios, vestígios, silêncios, os quais confirmam o quanto estamos nos movimentando em terreno irregular e complexo. A trajetória que esta nova introdução procurou seguir, por certo, abre espaço para essas novas indagações, muito mais do que apresenta fecho para elas. Por isso, devem ser

consideradas bons pretextos para a manutenção ou a quebra dos paradigmas que balizam este tipo de discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, J. (1982) "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV*, v. 26. p. 91 - 151, 1982.
- _____. (1998) "As não-coincidências do dizer e sua representação meta-enunciativa – estudo lingüístico e discursivo da modalização autonímica". In: *Palavras incertas – as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ARISTÓTELES. (1967) *Rhétorique. Livro III*. Trad, de M. Dufour. Paris: Les Belles Lettres.
- BENVENISTE, E. (1976) "As relações de tempo no verbo francês". In *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes.
- _____. "Da subjetividade na linguagem." Idem, *ibidem*.
- BURKE, P. (org.) (1992) *A escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- DE DECCA, E. (1980). *1930: O silêncio dos vencidos*. São Paulo : Brasiliense.
- DUCROT, O. (1984). "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação". In: *O dizer e o dito*. Campinas: Editora Pontes.
- _____. (1988) " Argumentação e topoi argumentativos". In: GUIMARÃES, E. (org). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora Pontes.
- FOUCAULT, M. (1968). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1972) *A ordem do discurso*. S. Paulo: Edições Loyola.
- GINZBURG, C. (2001). *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MATTOSO, J. (1998). *A Escrita da História*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAINGUENEAU, D. (1989). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- _____. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelles, Pierre Mardaga.
- _____. (2001). *Elementos de Linguística para o texto literário*. S. Paulo: Martins Fontes.
- OSAKABE, H. (1999). *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- PÉCORA, A. (2001). *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA. (1996). *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- POSSENTI, S. (1993). *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2002). *Os Limites do Discurso*. Curitiba: Criar Edições.
- PROVOST, G. (1969). "Analyse Linguistique du Discours Jaurésien", in: *Langages* 52. Paris, Didier-Larousse.
- _____. (1978). "Approche du Discours Politique: 'Socialisme' et 'Socialiste' chez Jaurès", in: *Langages* 11. Paris, Didier-Larousse.
- ROBIN, R. (1973). *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix.
- VEYNE, P. (1982). *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Unb.